

## DAMÁSIO de Jesus

Fundador do Complexo Educacional Damásio de Jesus. Doutor em Direito pela Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Salerno (Itália). Foi membro do Ministério Público do Estado de São Paulo por 26 anos.

## André ESTEFAM

Doutor e Mestre em Direito Penal pela PUC-SP. Promotor de Justiça. Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça de São Paulo. Professor de Direito Penal e Direito Processual Penal do Damásio Educacional. Coordenador pedagógico dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito Penal e Direito Processual Penal do Ibmec-SP/Instituto de Direito Damásio de Jesus, do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo – Presidente Prudente e da Universidade de Ribeirão Preto – Unaerp. Professor convidado do curso de pós-graduação de diversas escolas superiores do Ministério Público e da Magistratura.

# DIREITO PENAL

parte geral

# 1

37ª edição  
2020

saraiva  jur

ISBN 978-85-02-01804-4 Obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | sac.sets@somoseducação.br

Jesus, Damásio de

Parte geral / Damásio de Jesus ; atualização André Estefam.  
– Direito penal vol. 1- 37. ed. – São Paulo : Saraiva Educação,  
2020.

764 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1544-5 (impresso)

1. Direito penal. 2. Direito penal – Brasil. I. Estefam, André.  
II. Título.

20-0054

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Código penal 343(81)(094.4)

**Direção executiva** Flávia Alves Bravin  
**Direção editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência editorial** Roberto Navarro  
**Gerência de produção e planejamento** Ana Paula Santos Matos  
**Gerência de projetos e serviços editoriais** Fernando Penteado

**Consultoria acadêmica** Murilo Angeli Dias dos Santos**Planejamento** Clarissa Boraschi Maria (coord.)**Novos projetos** Melissa Rodríguez Arnal da Silva Leite**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Aline Darcy Flôr de Souza**Produção editorial** Fernanda Matajs (coord.)  
Luciana Cordeiro Shirakawa**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Amanda Mota Loyola  
Camilla Felix Cianelli Chaves  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Deborah Mattos  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa**Projetos e serviços editoriais** Breno Lopes de Souza  
Josiane De Araujo Rodrigues  
Kelli Priscila Pinto  
Laura Paraiso Buldanni Filogônio  
Marilya Cordeiro  
Mônica Gonçalves Dias**Diagramação** Caixa Alta Editoração / Ronaldo Alexandre**Revisão** Daniela Georgeto**Capa** IDÉE arte e comunicação**Produção gráfica** Marli Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes**Impressão e acabamento** Impressão e acabamento: BMF Gráfica e Editora**Data de fechamento da edição: 23-1-2020**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605845 CAE 716623

## Índice Geral

<i>Nota do Atualizador à 37ª Edição</i> .....	5
<i>Nota do Autor à 26ª Edição</i> .....	7
<i>Nota do Autor</i> .....	9

### DIREITO PENAL

#### PARTE GERAL

#### I – INTRODUÇÃO

#### Capítulo I

#### CONCEITO DE DIREITO PENAL

1. Noções fundamentais.....	46
2. Função de tutela jurídica.....	47
3. Denominação.....	47
4. Definição.....	48
5. Caracteres do Direito Penal .....	48
6. Conteúdo do Direito Penal .....	49
7. Direito Penal objetivo e subjetivo.....	50
8. Caráter dogmático .....	50
9. Direito Penal comum e especial.....	51
10. Direito Penal material e formal.....	51
11. Princípios fundamentais do Direito Penal .....	52
a) Princípio da legalidade ou da reserva legal.....	52
b) Princípio da proibição da analogia <i>in malam partem</i> .....	52

c) Princípio da anterioridade da lei .....	52
d) Princípio da irretroatividade da lei penal mais severa .....	52
e) Princípio da fragmentariedade .....	52
f) Princípio da intervenção mínima.....	53
g) Princípio da ofensividade .....	53
h) Princípio da insignificância.....	53
i) Princípio da culpabilidade.....	54
j) Princípio da humanidade.....	54
k) Princípio da proporcionalidade da pena.....	55
l) Princípio da igualdade .....	55
m) Princípio do <i>ne bis in idem</i> .....	55

## Capítulo II

### FONTES DO DIREITO PENAL

1. Fonte de produção ou material e fontes de conhecimento ou formais.....	56
2. Da lei ou norma penal: fonte formal imediata.....	57
a) A técnica legislativa do Direito Penal.....	57
b) Binding e a norma penal .....	59
c) Classificação das normas penais .....	61
d) Caracteres das normas penais .....	61
1. Exclusividade .....	61
2. Imperatividade.....	61
3. Generalidade.....	62
4. Abstrata e pessoal.....	64
3. Da norma penal em branco.....	64
a) Conceito .....	64
b) Classificação .....	65
4. A integração da norma penal .....	67
a) As lacunas da lei penal .....	67
b) Direito Penal e direito de exceção .....	69
c) Integração da norma penal: critério de admissão.....	70
5. Fontes formais mediatas .....	71
a) O costume .....	71
1. Conceito .....	71

2. Elementos.....	71
3. Espécies.....	71
b) Os princípios gerais do direito .....	73
6. Formas de procedimento interpretativo .....	73
a) A equidade.....	73
b) A doutrina.....	74
c) A jurisprudência.....	74
d) Os tratados e convenções.....	75

### Capítulo III

## INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL

1. Conceito.....	76
2. Necessidade de interpretar as leis.....	76
3. Natureza da interpretação.....	77
4. Espécies de interpretação .....	78
a) Quanto ao sujeito que faz.....	78
1. Interpretação autêntica .....	78
2. Interpretação doutrinária .....	80
3. Interpretação judicial .....	80
b) Quanto aos meios empregados.....	81
1. Interpretação gramatical, literal ou sintática.....	81
2. Interpretação lógica ou teleológica.....	82
c) Quanto ao resultado.....	83
1. Interpretação declarativa.....	84
2. Interpretação restritiva .....	84
3. Interpretação extensiva.....	84
5. Critérios de aplicação da interpretação restritiva e extensiva....	85
6. O princípio <i>in dubio pro reo</i> em matéria de interpretação da lei penal: conclusões .....	86
7. Interpretação progressiva .....	88
8. Interpretação analógica.....	89
a) Conceito.....	89
b) Diferença entre interpretação analógica e analogia .....	89
c) A interpretação analógica e o CP brasileiro.....	89

## **Capítulo IV DA ANALOGIA**

1. As lacunas da lei penal .....	91
2. Conceito e natureza jurídica .....	92
3. Fundamento.....	93
4. Requisitos e operação mental .....	93
5. Analogia, interpretação extensiva e analógica.....	94
6. A questão da terminologia.....	95
7. Espécies de analogia.....	95
8. Emprego da analogia.....	96

## **II – DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL**

### **Capítulo V DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**

1. Fundamentos .....	102
2. Aspecto político.....	103
3. Histórico .....	103
4. Exceção e reações ao princípio legalista .....	104
5. O princípio da legalidade e a anterioridade da lei.....	105

### **Capítulo VI ÂMBITO DE EFICÁCIA DA LEI PENAL**

Noções introdutórias.....	108
---------------------------	-----

### **Capítulo VII ÂMBITO DE EFICÁCIA TEMPORAL DA LEI PENAL**

1. Nascimento e revogação da lei penal.....	109
2. Conflitos de leis penais no tempo: princípios que regem a matéria ....	112

3. Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo.....	115
4. <i>Abolitio criminis, novatio legis</i> ou lei supressiva de incriminações: a lei nova suprime normas incriminadoras .....	116
a) Conceito .....	116
b) Fundamento .....	117
c) Natureza jurídica .....	117
d) Exemplos.....	117
e) Efeitos e forma de aplicação .....	118
5. <i>Novatio legis</i> incriminadora: a lei nova incrimina fatos anterior- mente considerados lícitos .....	120
6. <i>Novatio legis in pejus</i> : a lei nova modifica o regime anterior, agravando a situação do sujeito .....	121
7. <i>Novatio legis in melius</i> : a lei nova modifica o regime anterior, beneficiando o sujeito.....	127
8. Apuração da maior benignidade da lei.....	129
9. Competência para aplicação da lei mais benéfica.....	131
10. Lei intermediária .....	132
11. Combinação de leis .....	132
12. Eficácia das leis penais temporárias e excepcionais. Ultra-ati- vidade .....	133
a) Conceito .....	133
b) Ultra-atividade das leis temporárias e excepcionais.....	133
c) Fundamento.....	134
13. Normas penais em branco e direito intertemporal .....	139
14. Do tempo do crime .....	139
a) Conceito .....	139
b) Teorias .....	140
c) Questões.....	141
d) Aplicação da teoria da atividade a várias espécies de infrações	141
e) Medidas de segurança e direito intertemporal .....	142
15. Conflito aparente de normas .....	143
a) Conceito .....	143
b) Princípios para a solução dos conflitos aparentes de normas..	145
c) Princípio da especialidade.....	145
d) Princípio da subsidiariedade.....	148
e) Princípio da consunção: crime progressivo, crime comple- xo e progressão criminosa .....	150
1. Princípio da consunção.....	150
2. Crime progressivo.....	151

3. Crime complexo.....	152
4. Progressão criminosa.....	152
f) Princípio da alternatividade: conceito e sua posição no tema..	154

### **Capítulo VIII**

#### **EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO**

1. Direito Penal Internacional. Os princípios.....	156
a) Princípio da territorialidade.....	157
b) Princípio da nacionalidade.....	158
c) Princípio da defesa.....	158
d) Princípio da justiça penal universal.....	158
e) Princípio da representação.....	159
f) Princípios adotados pelo CP.....	159
2. Territorialidade.....	159
3. Lugar do crime. Teorias.....	163
4. Extraterritorialidade.....	166
5. Contravenções.....	171
6. A regra <i>non bis in idem</i> .....	171
7. Eficácia da sentença penal estrangeira.....	172

### **Capítulo IX**

#### **EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A PESSOAS QUE EXERCEM DETERMINADAS FUNÇÕES PÚBLICAS**

1. Introdução.....	174
2. Imunidades diplomáticas.....	175
3. Chefes de governo.....	175
4. Imunidades parlamentares.....	176

### **Capítulo X**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS DO TÍTULO I DA PARTE GERAL**

1. Contagem de prazo.....	177
2. Frações não computáveis da pena.....	179
3. Legislação especial.....	179



**III – TEORIA GERAL DO CRIME****Capítulo XI****CONCEITO DE CRIME**

1. Termos e etimologia.....	182
2. O que é crime? .....	183
3. Conceito material.....	184
4. Conceito formal.....	184
5. Crime e contravenção.....	185

**Capítulo XII****ANÁLISE E CARACTERES DO CRIME SOB O ASPECTO FORMAL**

1. Caracteres do crime sob o aspecto formal .....	186
2. O fato típico, a antijuridicidade e a culpabilidade .....	188
3. A punibilidade .....	189
4. Requisitos, elementares e circunstâncias do crime.....	190
5. Pressupostos do crime.....	192
6. Condições objetivas de punibilidade.....	194
7. Crime e ilícito civil .....	194
8. Crime e ilícito administrativo.....	195
9. O crime na teoria geral do direito.....	195

**Capítulo XIII****DO SUJEITO ATIVO DO CRIME**

1. Conceito.....	198
2. Terminologia da lei .....	198
3. Direitos e obrigações.....	199

**Capítulo XIV****DA CAPACIDADE PENAL**

1. Conceito.....	200
------------------	-----

2. Da incapacidade penal.....	200
3. Da capacidade penal das pessoas jurídicas.....	201
4. Da capacidade especial do sujeito ativo.....	202
5. Da capacidade penal especial em face das normas permissivas ....	203

### **Capítulo XV**

#### **DO SUJEITO PASSIVO DO CRIME**

1. Conceito.....	204
2. Espécies.....	204
3. Posições do Estado.....	205
4. A questão do incapaz, da pessoa jurídica, do morto, do feto, dos animais e coisas inanimadas.....	206
5. A pessoa pode ser ao mesmo tempo sujeito ativo e passivo do delito em face de sua própria conduta?.....	209
6. Sujeito passivo e prejudicado pelo crime.....	210

### **Capítulo XVI**

#### **DO OBJETO DO DELITO**

1. Conceito.....	212
2. Espécies.....	212

### **Capítulo XVII**

#### **DO TÍTULO DO DELITO**

1. Conceito.....	214
2. Espécies.....	214
3. Importância.....	215

### **Capítulo XVIII**

#### **DA CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIS**

1. A classificação tripartida.....	217
2. A classificação bipartida. Há diferença entre crime e contravenção?.....	217

## Capítulo XIX

### DA QUALIFICAÇÃO LEGAL E DOUTRINÁRIA DOS CRIMES

1. Qualificação criminal da infração e do fato.....	219
2. Qualificação doutrinária.....	220
3. Crimes comuns e especiais .....	220
4. Crimes comuns e próprios.....	220
5. Crimes de mão própria ou de atuação pessoal.....	221
6. Crimes de dano e de perigo.....	221
7. Crimes materiais, formais e de mera conduta.....	223
8. Crimes comissivos e omissivos.....	225
9. Crimes instantâneos, permanentes e instantâneos de efeitos permanentes .....	226
10. Crime continuado.....	229
11. Crimes principais e acessórios .....	229
12. Crimes condicionados e incondicionados .....	229
13. Crimes simples e complexos .....	229
14. Crime progressivo.....	232
15. Delito putativo.....	232
a) Conceito e espécies.....	232
a.1) Delito putativo por erro de proibição .....	232
a.2) Delito putativo por erro de tipo.....	232
a.3) Delito putativo por obra de agente provocador (crime de flagrante provocado) .....	233
16. Crime de flagrante esperado .....	235
17. Crime impossível.....	235
18. Crime consumado e tentado .....	236
19. Crime falho .....	236
20. Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	236
21. Crimes de dupla subjetividade passiva .....	236
22. Crime exaurido.....	237
23. Crimes de concurso necessário .....	237
24. Crimes dolosos, culposos e preterdolosos ou preterintencionais	237
25. Crimes simples, privilegiados e qualificados.....	238
26. Crimes subsidiários .....	241
27. Crimes vagos.....	241
28. Crimes de mera suspeita .....	241
29. Crimes comuns e políticos .....	242

30. Crime multitudinário .....	243
31. Crimes de opinião .....	244
32. Crime inominado .....	244
33. Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado.....	244
34. Crimes de forma livre e de forma vinculada .....	245
35. Crimes de ação penal pública e de ação penal privada.....	245
36. Crime habitual e profissional.....	246
37. Crimes conexos .....	247
38. Crime de ímpeto.....	249
39. Crimes funcionais .....	249
40. Crimes a distância e plurilocais.....	249
41. Delito de referência.....	250
42. Delitos de tendência.....	250
43. Delitos de impressão.....	250
44. Crimes de simples desobediência.....	251
45. Crimes pluriofensivos.....	251
46. Crimes falimentares .....	251
47. Crime a prazo.....	251
48. Crime gratuito .....	251
49. Delito de circulação .....	251
50. Delito transeunte e não transeunte .....	252
51. Crime de atentado ou de empreendimento .....	252
52. Crime em trânsito .....	252
53. Crimes internacionais.....	252
54. Quase crime.....	252
55. Crimes de tipo fechado e de tipo aberto.....	252
56. Tentativa branca.....	253
57. Crime consunto e consuntivo .....	253
58. Crimes de responsabilidade.....	253
59. Crimes hediondos .....	255

## **Capítulo XX**

### **DO FATO TÍPICO**

1. Introdução .....	256
2. Elementos do fato típico.....	256

## **Capítulo XXI**

### **DA CONDUTA**

1.	Conceito, características e elementos .....	258
2.	Ausência de conduta.....	259
3.	Teorias da conduta.....	261
	a) Teoria naturalista ou causal da ação .....	261
	b) Teoria social da ação.....	263
	c) Teoria finalista da ação .....	264
4.	Formas da conduta: ação e omissão .....	267
	a) Ação .....	267
	b) Omissão.....	268
	1. Teorias .....	268
	2. Formas.....	269
	3. Crimes omissivos próprios.....	269
	4. Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão...	270
	5. Caso fortuito e força maior .....	271

## **Capítulo XXII**

### **DO RESULTADO**

1.	Conceito.....	273
2.	Teorias.....	274
3.	Há crime sem resultado?.....	274
4.	Em que consiste o resultado .....	276

## **Capítulo XXIII**

### **DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE**

1.	Introdução ao tema.....	277
2.	Teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	277
3.	Aplicação da teoria da equivalência dos antecedentes .....	280
4.	Da causalidade na omissão .....	281
5.	Da superveniência causal .....	283

## **Capítulo XXIV**

### **TEORIA DA TIPICIDADE**

1.	Noção introdutória.....	289
2.	O tipo legal e o fato concreto.....	291
3.	Denominações .....	291
4.	Evolução histórica da tipicidade: fases .....	292
5.	Primeira fase: independência.....	293
6.	Segunda fase: caráter indiciário da antijuridicidade .....	294
7.	Terceira fase: <i>ratio essendi</i> da antijuridicidade .....	295
8.	Diretriz dominante .....	296
9.	Tipicidade e antijuridicidade.....	297

## **Capítulo XXV**

### **TEORIA DO TIPO**

1.	Conceito e importância do tipo .....	298
2.	Da adequação típica: formas.....	299
3.	Análise e elementos do tipo .....	300
	a) Introdução ao tema .....	300
	b) Elementos objetivos do tipo.....	301
	c) Elementos normativos do tipo .....	301
	d) Elementos subjetivos do tipo (elementos subjetivos do injusto).....	303

## **Capítulo XXVI**

### **TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA**

1.	Declínio do prestígio da relação de causalidade material (objetiva) como elemento do fato típico .....	307
2.	Conceito de imputação objetiva .....	308
3.	Risco permitido e risco proibido .....	308
4.	Missão .....	310
5.	Imputação objetiva, responsabilidade penal objetiva e imputabilidade: distinções .....	310

6. Âmbito de aplicação .....	310
7. Imputação objetiva da conduta e do resultado .....	311
8. Natureza jurídica e posição sistemática .....	311
9. Efeito da ausência da imputação objetiva.....	312
10. Requisitos de aplicação .....	313
11. Princípios .....	313

## **Capítulo XXVII**

### **DO TIPO DO CRIME DOLOSO**

1. Introdução .....	315
2. Conceito e natureza do dolo .....	315
3. Teorias do dolo.....	315
a) Teoria da vontade.....	315
b) Teoria da representação .....	316
c) Teoria do assentimento.....	316
4. Dolo natural.....	316
5. Elementos do dolo .....	317
6. Espécies de dolo.....	318
a) Dolo direto e indireto – teoria do dolo eventual .....	318
b) Dolo de dano e de perigo .....	321
c) Dolo genérico e específico: crítica.....	322
d) Dolo normativo e dolo natural.....	323
e) Dolo geral (erro sucessivo).....	323
7. Dolo e pena.....	325

## **Capítulo XXVIII**

### **TEORIA DO CRIME CULPOSO**

1. Observação.....	326
2. Estrutura do tipo, ilicitude e culpabilidade.....	326
3. Previsibilidade objetiva.....	329
4. Elementos do fato típico culposos.....	329
5. Imprudência, negligência e imperícia .....	331

6. Espécies de culpa .....	332
a) Culpa consciente e inconsciente .....	332
b) Culpa própria e imprópria .....	333
c) A chamada culpa mediata ou indireta.....	334
7. Graus de culpa .....	334
8. Compensação e concorrência de culpas .....	335
9. Excepcionalidade do crime culposos .....	335

## **Capítulo XXIX**

### **O CRIME PRETERDOLOSO**

1. Crimes preterdolosos ou preterintencionais .....	337
2. Nexos subjetivo e normativo .....	338

## **Capítulo XXX**

### **DO ERRO DE TIPO**

1. Conceito .....	339
2. Exemplos.....	340
3. Erro de tipo e erro de proibição. Relação com o erro de fato e o erro de direito .....	341
4. Erro de tipo e delito putativo por erro de tipo.....	341
5. Formas .....	342
6. Erro de tipo essencial .....	342
7. Efeitos do erro de tipo essencial.....	343
8. Discriminantes putativas .....	344
a) Introdução.....	344
b) Disciplina legal .....	344
9. Erro provocado por terceiro.....	348
10. Erro acidental.....	350
a) Conceito .....	350
b) Erro sobre objeto ( <i>error in objecto</i> ).....	350
c) Erro sobre pessoa ( <i>error in persona</i> ).....	350
d) Erro na execução ( <i>aberratio ictus</i> ) .....	351



e) Resultado diverso do pretendido ( <i>aberratio criminis</i> ).....	356
f) Esquema.....	357

## **Capítulo XXXI**

### **DO CRIME CONSUMADO**

1. Conceito.....	358
2. Crime exaurido.....	359
3. A consumação nas várias espécies de crimes.....	359
4. O <i>iter criminis</i> .....	360
5. Atos preparatórios e executórios: distinção.....	362

## **Capítulo XXXII**

### **DA TENTATIVA**

1. Conceito.....	364
2. Natureza jurídica.....	364
3. Elementos.....	365
4. Formas de tentativa: perfeita e imperfeita.....	366
5. Elemento subjetivo.....	367
6. Infrações que não admitem a tentativa.....	369
7. Aplicação da pena.....	370
a) Teoria subjetiva.....	370
b) Teoria objetiva.....	370
8. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Tentativa qualificada.....	371

## **Capítulo XXXIII**

### **DO ARREPENDIMENTO POSTERIOR**

1. Conceito.....	377
2. Requisitos.....	377
3. Aplicação.....	378
4. Natureza jurídica.....	378
5. Relevância da reparação do dano.....	378

## **Capítulo XXXIV**

### **DO CRIME IMPOSSÍVEL**

1.	Conceito e casos.....	380
2.	Teorias.....	381

## **Capítulo XXXV**

### **DA ANTIJURIDICIDADE**

1.	Conceito.....	383
2.	Terminologia.....	385
3.	Antijuridicidade formal e material.....	385
4.	Caráter objetivo da antijuridicidade.....	386
	a) Antijuridicidade subjetiva.....	386
	b) Antijuridicidade objetiva.....	387
5.	Antijuridicidade genérica e específica.....	388
6.	Causas de exclusão da antijuridicidade.....	388
	a) Introdução.....	388
	b) Requisitos objetivos e subjetivos de justificação.....	389
	c) Causas supraleais de exclusão da antijuridicidade.....	392
	d) Excesso nas justificativas.....	394

## **Capítulo XXXVI**

### **DO ESTADO DE NECESSIDADE**

1.	Considerações gerais.....	396
2.	Teorias: unitária e diferenciadora.....	397
3.	Conceito e natureza jurídica.....	399
4.	Exemplos.....	400
5.	Requisitos.....	401
6.	Perigo atual ou iminente.....	401
7.	Ameaça a direito próprio ou alheio: estado de necessidade próprio e de terceiro.....	402
8.	Situação de perigo não causada voluntariamente pelo sujeito.....	402
9.	Inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.....	404

10. Inevitabilidade do comportamento lesivo.....	406
11. Inexigibilidade de sacrifício do interesse ameaçado .....	406
12. Elemento subjetivo do estado de necessidade: conhecimento da situação do fato justificante .....	407
13. Causa de diminuição de pena .....	408
14. Formas do estado de necessidade .....	408
15. Excesso .....	409

## **Capítulo XXXVII**

### **DA LEGÍTIMA DEFESA**

1. Introdução .....	410
2. Natureza jurídica.....	412
3. Conceito e requisitos .....	412
4. Agressão injusta, atual ou iminente. Questões várias .....	413
5. Direito do agredido ou de terceiro atacado ou ameaçado de dano pela agressão .....	416
6. Repulsa com os meios necessários.....	417
7. Moderação na repulsa necessária .....	418
8. O elemento subjetivo da legítima defesa: conhecimento da situação de agressão e da necessidade de defesa.....	419
9. Excesso .....	419
10. Legítima defesa subjetiva. Legítima defesa sucessiva. Legítima defesa putativa .....	422
11. Legítima defesa e estado de necessidade.....	423
12. Ofendículos.....	424
13. Legítima defesa geral e legítima defesa especial.....	425

## **Capítulo XXXVIII**

### **ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL E EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO**

1. Estrito cumprimento de dever legal.....	426
2. Exercício regular de direito .....	427
3. Intervenções médicas e cirúrgicas .....	427
4. Violência esportiva.....	428
5. Consentimento do ofendido.....	428

## **Capítulo XXXIX**

### **DO CONCURSO DE PESSOAS**

1. Introdução .....	432
2. Concurso necessário e eventual .....	433
3. Autoria .....	434
4. Relação com a teoria da causalidade .....	436
5. Formas de autoria e de concurso de pessoas em face da teoria do domínio do fato: coautoria e participação .....	436
6. Participação .....	438
7. Natureza jurídica do concurso de pessoas .....	439
a) Teoria unitária .....	439
b) Teoria dualista .....	439
c) Teoria pluralística.....	439
d) Exceções pluralísticas da teoria unitária.....	440
8. Natureza jurídica da participação.....	440
a) Teoria causal .....	441
b) Teoria da acessoriedade: classes de acessoriedade .....	441
9. Autoria mediata.....	445
10. Requisitos do concurso de pessoas .....	447
11. Pluralidade de condutas .....	447
12. Relevância das condutas.....	448
13. Do liame subjetivo e normativo .....	448
a) Coautoria e participação .....	448
b) Autoria colateral.....	451
14. Identidade de infração para todos os participantes .....	451
15. Formas de participação .....	452
16. Punibilidade.....	457
17. Da cooperação dolosamente distinta ou desvios subjetivos entre os participantes .....	458
18. Participação impunível .....	459
19. Participação de participação e participação sucessiva.....	460
20. Momento da participação e exclusão da participação posterior ao delito .....	460
21. Participação e arrependimento.....	460

22. Autoria incerta .....	461
23. Crimes omissivos .....	462
24. Comunicabilidade e incomunicabilidade de condições, elementares e circunstâncias .....	465
a) Incomunicabilidade das circunstâncias de caráter pessoal...	467
b) A circunstância objetiva não pode ser considerada no fato do partícipe ou coautor se não entrou na esfera de seu conhecimento .....	468
c) As elementares, sejam de caráter objetivo ou pessoal, comunicam-se entre os fatos cometidos pelos participantes desde que tenham ingressado na esfera de seu conhecimento.....	470
25. Concurso de pessoas e infanticídio .....	472
a) Exposição do tema .....	472
b) Pronunciamento do IV Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins.....	475
c) Nossa sugestão.....	479

## **IV – DA CULPABILIDADE**

### **Capítulo XL**

#### **A POSIÇÃO DA CULPABILIDADE EM FACE DA ESTRUTURA DO CRIME**

1. O CP brasileiro e os requisitos do crime .....	484
2. A posição da culpabilidade .....	485
3. Responsabilidade penal objetiva .....	486

### **Capítulo XLI**

#### **CONCEITO DE CULPABILIDADE**

1. Introdução .....	487
2. Teorias da culpabilidade.....	487
3. Teoria psicológica da culpabilidade .....	488
4. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade.....	488

5. Teoria normativa pura da culpabilidade. Elementos da culpabilidade.....	489
6. Teoria limitada da culpabilidade.....	492
7. Características do finalismo.....	494

## **Capítulo XLII**

### **DA IMPUTABILIDADE**

1. Conceito.....	496
2. Imputabilidade e responsabilidade.....	497
3. Fundamento da imputabilidade.....	497
4. Causas de exclusão da imputabilidade.....	498
5. <i>Actio libera in causa</i> .....	499

## **Capítulo XLIII**

### **POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ANTIJURIDICIDADE**

1. Introdução. Teorias.....	502
2. Teoria extrema do dolo.....	502
3. Teoria limitada do dolo.....	503
4. Teoria extrema da culpabilidade.....	503
5. Teoria limitada da culpabilidade.....	504

## **Capítulo XLIV**

### **DA EXIGIBILIDADE DE CONDOTA DIVERSA**

1. Introdução.....	505
2. Teoria das circunstâncias concomitantes de Frank.....	505
3. Efeito da inexigibilidade de conduta diversa.....	506

## **Capítulo XLV**

### **DAS CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE**

1. Introdução.....	507
2. Elenco.....	507

3. A inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade .....	509
4. Emoção e paixão .....	511

### **Capítulo XLVI**

#### **DO ERRO DE PROIBIÇÃO**

1. Inescusabilidade da ignorância da lei e relevância da falta de consciência da antijuridicidade .....	512
2. Conceito de erro de proibição .....	513
3. Formas .....	513
4. Erro de proibição e erro de tipo: efeitos quanto ao dolo e culpabilidade.....	514
5. Casos de erro de proibição .....	514
6. Erro e ignorância de direito.....	514
a) Conceitos .....	514
b) Efeitos .....	515
c) Erro de direito penal e erro de direito extrapenal .....	515
d) Erro de direito e delito putativo por erro de direito.....	516
7. Suposição errônea da existência de causa de exclusão da ilicitude não reconhecida juridicamente .....	517
8. Discriminantes putativas .....	517

### **Capítulo XLVII**

#### **DA COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL**

1. Conceito e espécies de coação.....	518
2. Espécie de coação prevista no art. 22, 1ª parte, do CP.....	518
3. Coação moral irresistível como causa de exclusão da culpabilidade. Responsabilidade do coator.....	519

### **Capítulo XLVIII**

#### **DA OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA**

1. Conceito e espécies de ordem de superior hierárquico .....	521
2. Obediência hierárquica como causa de exclusão da culpabilidade.....	522
3. Requisitos. Responsabilidade do superior hierárquico .....	523

## Capítulo XLIX

### DA INIMPUTABILIDADE POR DOENÇA MENTAL OU DESENVOLVIMENTO MENTAL INCOMPLETO OU RETARDADO

1. Introdução .....	524
2. Critérios de aferição da inimputabilidade .....	525
3. Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	525
4. Diminuição da capacidade de entendimento e de vontade – caso de redução da pena ou de aplicação de medida de segurança.....	527
5. Requisitos normativos da inimputabilidade .....	530
6. Menoridade penal .....	530

## Capítulo L

### DA INIMPUTABILIDADE POR EMBRIAGUEZ COMPLETA PROVENIENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

1. Conceito, fases e espécies de embriaguez .....	533
2. Sistema da embriaguez na legislação penal brasileira .....	534
3. Embriaguez voluntária ou culposa. <i>Actio libera in causa</i> .....	535
4. Embriaguez acidental: casos de exclusão da imputabilidade e de diminuição da pena.....	538
5. Embriaguez simples, patológica e preordenada: soluções legais...	539

## V – DA SANÇÃO PENAL

### Capítulo LI

#### DAS PENAS

1. Conceito, fins e caracteres .....	542
2. Classificação .....	543
3. Sistemas penitenciários .....	544



### Capítulo LII

#### DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Regimes penitenciários. Reclusão e detenção .....	546
2. Regras do regime fechado .....	549
3. Regras do regime semiaberto .....	550
4. Regras do regime aberto .....	550
5. Regime especial .....	550
6. Direitos e trabalho do preso .....	550
7. Superveniência de doença mental .....	551
8. Detração penal .....	551
9. Regime disciplinar diferenciado .....	553

### Capítulo LIII

#### DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Alternativas penais, penas alternativas e restritivas de direitos...	554
2. Natureza das penas restritivas de direitos .....	557
3. Condições .....	557
4. Multa substitutiva: condenação a pena igual ou inferior a um ano .....	560
5. Conversão da pena alternativa em privativa de liberdade .....	560
6. Prestação pecuniária e prestação inominada .....	562
7. Perda de bens e valores .....	563
8. Prestação de serviço à comunidade .....	564
9. Interdições temporárias de direitos .....	565
10. Limitação de fim de semana .....	566

### Capítulo LIV

#### DA PENA DE MULTA

1. Critérios de cominação .....	567
2. Fixação da multa .....	567
3. Pagamento da multa .....	568
4. Proibição de conversão da multa em detenção .....	568

## **Capítulo LV**

### **DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA**

1.	Introdução .....	570
2.	Conceito de periculosidade .....	571
3.	Fatores e indícios de periculosidade .....	571
4.	Pressupostos de aplicação .....	572
5.	Periculosidade real e presumida .....	572
6.	Espécies .....	572
7.	Imposição de medida de segurança ao inimputável .....	573
8.	Sistema vicariante .....	573
9.	Direitos do internado .....	574
10.	Extinção da punibilidade .....	574

## **Capítulo LVI**

### **DAS CIRCUNSTÂNCIAS**

1.	Circunstâncias e elementares do crime .....	575
2.	Posição das circunstâncias na teoria do crime e da sanção penal .....	577
3.	Classificação .....	578
4.	Circunstâncias judiciais .....	580
5.	Circunstâncias agravantes .....	582
6.	Reincidência .....	589
	a) Conceito e formas .....	589
	b) Pressuposto .....	589
	c) Efeitos .....	592
	d) Espécies de crimes e reincidência .....	593
	e) Eficácia temporal da condenação anterior para efeito da reincidência .....	593
	f) Crimes militares e puramente políticos .....	597
	g) Prova da reincidência .....	599
7.	Circunstâncias atenuantes .....	599
	a) Ser o agente menor de 21 ou maior de 70 anos .....	599
	b) Desconhecimento da lei .....	600

c) Motivos de relevante valor social ou moral.....	600
d) Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano.....	600
e) Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima.....	601
f) Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime.....	601
g) Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou.....	602
h) Circunstâncias inominadas.....	602
8. Causas de aumento e de diminuição da pena.....	602
9. Circunstâncias qualificadoras.....	603

## **Capítulo LVII**

### **DA COMINAÇÃO E APLICAÇÃO DA PENA**

1. Cominação das penas.....	605
2. Juízo de culpabilidade como fundamento da imposição da pena ..	606
3. Fixação da pena.....	606
4. Fases da fixação da pena privativa de liberdade.....	608
5. Mecanismo da imposição das penas.....	611
6. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes.....	613
7. Concurso de causas de aumento e de diminuição. Concurso de qualificadoras.....	613
8. Exemplos de fixação da pena privativa de liberdade.....	614
9. Fixação da pena de multa.....	615

## **Capítulo LVIII**

### **DO CONCURSO DE CRIMES**

1. Introdução.....	618
2. Posição da matéria: concurso de crimes ou de penas?.....	618

3. Sistemas .....	620
4. Espécies de concurso.....	620
5. Concurso material.....	621
a) Conceito .....	621
b) Espécies.....	621
c) Aplicação da pena .....	621
6. Concurso formal .....	622
a) Conceito .....	622
b) Espécies.....	622
c) Requisitos.....	623
d) Aplicação da pena .....	623
e) Unidade e autonomia de desígnios.....	624
7. Crime continuado.....	626
a) Conceito .....	626
b) Requisitos.....	626
c) Crimes da mesma espécie .....	626
d) Homogeneidade das circunstâncias .....	627
e) Natureza jurídica .....	629
f) Aplicação da pena .....	629
g) Bem jurídico pessoal: unidade ou pluralidade de sujeito pas- sivo .....	630
8. Aplicação da multa .....	631
9. Limite das penas.....	632
10. Concurso de crime e contravenção .....	633

### Capítulo LIX

#### DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA (*SURDIS*)

1. Explicações preliminares.....	634
2. Sistemas .....	635
3. Formas .....	636
4. Requisitos .....	636
5. Período de prova e condições.....	640

6. Revogação.....	642
7. Prorrogação.....	644
8. Extinção da pena.....	645

## **Capítulo LX**

### **DO LIVRAMENTO CONDICIONAL**

1. Explicações preliminares.....	646
2. Pressupostos.....	647
3. Concessão do livramento condicional e período de prova .....	651
4. Revogação.....	652
5. Causas de revogação obrigatória do livramento condicional...	653
a) Crime cometido durante a vigência do livramento condicional.....	653
b) Crime cometido antes do período de prova .....	653
6. Causas de revogação facultativa do livramento condicional ....	654
7. Efeitos da revogação do livramento condicional .....	654
a) Efeitos da revogação do livramento condicional em face de condenação irrecorrível pela prática de infração penal anterior ao período de prova (crime ou contravenção).....	655
b) Efeitos da revogação do livramento condicional em face de condenação irrecorrível por infração cometida durante o período de prova.....	657
c) Efeitos da revogação do livramento condicional por descumprimento das condições impostas na sentença .....	658
8. Extinção da pena.....	658
9. Prorrogação do período de prova .....	659
10. Expulsão de estrangeiro.....	660

## **Capítulo LXI**

### **DOS EFEITOS CIVIS DA SENTENÇA PENAL**

1. Noções preliminares .....	661
2. Condenação penal e reparação civil.....	662
3. <i>Actio civilis ex delicto</i> .....	664

4. Absolvição penal e reparação civil.....	665
a) Absolvição em face de estar provada a inexistência do fato ..	665
b) Absolvição criminal em face de não haver prova da existência do fato .....	666
c) Absolvição criminal em face de não constituir o fato infração penal.....	666
d) Absolvição criminal em face de estar provado que o réu não concorreu para a prática da infração penal.....	666
e) Absolvição criminal em face de não existir prova de ter o réu concorrido para a prática da infração penal .....	666
f) Absolvição criminal em face de existir causa de exclusão da antijuridicidade ou da culpabilidade ou haver fundada dúvida sobre sua existência (CPP, art. 386, VI) .....	667
g) Absolvição criminal em face de não existir prova suficiente para a condenação .....	669
5. Confisco .....	669
a) Conceito .....	669
b) Permissão.....	670
c) Confisco como efeito da condenação.....	670
d) Confisco do patrimônio ilícito do condenado .....	671
e) Confisco dos instrumentos utilizados por organizações criminosas ou milícias .....	672
6. Efeitos específicos.....	673

## **Capítulo LXII DA REABILITAÇÃO**

1. Conceito e efeitos.....	676
2. Condições .....	677

## **VI – DA PERSECUÇÃO PENAL**

### **Capítulo LXIII DA AÇÃO PENAL**

1. Conceito.....	681
2. Classificação .....	682

3. Ação penal pública.....	685
4. Ação penal privada.....	688
5. Ação penal no crime complexo.....	690
6. Ação penal no concurso de crimes.....	691
7. Imunidade parlamentar formal ou processual.....	691

## **VII – DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE**

### **Capítulo LXIV**

#### **CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE**

1. Conceito de punibilidade.....	695
2. Condições objetivas de punibilidade.....	695
3. Causas extintivas da punibilidade.....	696
4. Escusas absolutórias.....	697
5. Momento de ocorrência das causas extintivas da punibilidade ...	698
6. Efeitos da extinção da punibilidade.....	699
7. Análise do art.108 do CP.....	700
8. Imunidade parlamentar material.....	701
9. <i>Abolito criminis</i> .....	702

### **Capítulo LXV**

#### **PERDÃO JUDICIAL**

1. Conceito e elenco.....	703
2. Natureza jurídica.....	703
3. Distinções.....	704
4. Extensão.....	704
5. Natureza jurídica da sentença concessiva.....	704

### **Capítulo LXVI**

#### **DA MORTE DO AGENTE**

1. Introdução.....	706
2. Prova.....	706

## **Capítulo LXVII**

### **DA ANISTIA, GRAÇA E INDULTO**

1.	Introdução .....	708
2.	Anistia .....	708
3.	Graça e indulto .....	710

## **Capítulo LXVIII**

### **RENÚNCIA E PERDÃO**

1.	Conceito de renúncia do direito de queixa .....	713
2.	Oportunidade da renúncia .....	713
3.	Formas de renúncia. Questões várias .....	714
4.	Conceito de perdão aceito como causa de extinção da punibilidade .....	715
5.	Oportunidade do perdão .....	715
6.	Formas de perdão .....	715
7.	Titularidade da concessão do perdão .....	716
8.	Aceitação do perdão .....	716
9.	Efeitos do perdão aceito no concurso de pessoas .....	717

## **Capítulo LXIX**

### **DECADÊNCIA E PEREMPÇÃO**

1.	Decadência do direito de queixa e de representação .....	718
2.	Titularidade do direito de queixa ou de representação e decadência .....	719
3.	Perempção da ação penal .....	719
4.	Casos de perempção da ação penal .....	720

## **Capítulo LXX**

### **RETRATAÇÃO DO AGENTE**

1.	Conceito .....	721
2.	Casos .....	721



## Capítulo LXXI

### DA PRESCRIÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica .....	725
2. Pretensão punitiva e pretensão executória .....	726
3. Prescrição da pretensão punitiva e prescrição da pretensão executória .....	727
4. Imprescritibilidade .....	728
5. Prescrição da pretensão punitiva .....	728
6. Prescrição da pretensão executória.....	731
7. Prescrição superveniente à sentença condenatória .....	733
8. Prescrição retroativa.....	735
a) Introdução. Súmula 146 do STF.....	735
b) A Lei n. 6.416, de 24 de maio de 1977 .....	736
c) Reforma penal de 1984 (antes da Lei n. 12.234/2010) .....	736
d) Natureza jurídica .....	737
e) Como se conta o prazo prescricional .....	737
f) Princípios .....	739
g) A Lei n. 12.234, de 5 de maio de 2010, e a extinção da prescrição retroativa .....	739
9. Espécies de penas e prescrição .....	747
10. Termos iniciais da prescrição da pretensão punitiva.....	747
10.1. Idade da vítima como novo termo inicial da prescrição da pretensão punitiva .....	749
11. Termos iniciais da prescrição da pretensão executória.....	751
12. Prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional.....	751
13. Multa .....	752
14. Redução dos prazos de prescrição em face da idade do sujeito...	753
15. Causas suspensivas da prescrição.....	754
16. Causas interruptivas da prescrição .....	757
17. Crimes falimentares .....	763
18. Crimes contra a segurança nacional.....	763
19. Crimes militares .....	763
20. Crimes eleitorais .....	764
21. Crimes de abuso de autoridade .....	764